

# Estabilidade, tarefa de Sant'Anna

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A principal missão do líder da maioria e do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, será a formação de um bloco suficientemente elástico para atravessar períodos de maior ou menor dificuldade, mantendo a estabilidade política. Como o regimento interno, em seu artigo 11, prevê que duas ou mais legendas poderão organizar-se sob liderança única, sem prejuízo das lideranças originais, não existindo qualquer obstáculo para a formação e consolidação da nova liderança escolhida pelo presidente José Sarney.

Com essas explicações, o deputado Carlos Sant'Anna rebate as críticas sobre o vazio regimental do cargo que passou a ocupar, e vai mais além, garantindo que a liderança do governo e da maioria é histórica e tradicional. Ele já solicitou aos regimentalistas da Câmara um estudo

sobre como deverá ficar a estrutura do cargo, e adianta, por outro lado, que o regimento da Assembléia Nacional Constituinte será omissivo na questão, que diz respeito somente à Câmara.

O deputado baiano reconhece que existe hoje a "circunstância inesperada" de o PMDB, sozinho, ser maioria. Mas lembra que a Aliança Democrática é anterior a essa realidade e que os dois partidos continuam juntos no apoio ao governo. Mas o bloco da maioria, conforme enfatiza, será maior, pois já há contatos em andamento com o PTB e uma abertura para outros partidos que se interessem em integrá-lo.

O bloco da maioria tornou-se especialmente importante para o governo porque a crise econômica deverá alastrar-se e, então, será necessário segurar politicamente com vistas a garantir a estabilidade. Além disso, segundo Sant'Anna, será feita

a comunicação entre governo e deputados em duas vertentes: ele levará ao presidente as reivindicações de pensamento, e as proposições da bancada, e dirá aos deputados sobre a visão do governo e os passos dos processos decisórios, incluindo a própria participação parlamentar.

Na Constituinte não haverá líder do governo e as linhas programáticas do PMDB serão defendidas com liberdade, sob a orientação dos líderes partidários na Câmara e no Senado. Mesmo assim, Carlos Sant'Anna já defende a intocabilidade da Carta de 67, sob o argumento de que será bem melhor a elaboração rápida da futura Carta Constitucional do que retroques na atual.

Mesmo assim, ele defende que a Assembléia vote a questão, o mais rápido possível, mas observa que muitos pensavam que os senadores eleitos em 82 não seriam constituintes e, por votação majoritária, ocorreu justamente o contrário.

## Amaral poderá liderar o PT

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Se ficar constituída a maioria parlamentar, sob a coordenação do recém-escolhido líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o deputado Amaral Neto (PDS-RJ), líder do PDS, passará a ser automaticamente o líder da minoria.

Essa foi a descoberta que o próprio deputado pedessista fez, ontem, ao examinar o regimento interno da Câmara. Imediatamente, ele levantou uma questão de ordem no plenário da Constituinte, para que Ulysses Guimarães esclarecesse como poderá ele, então, ser o líder de bancadas tão heterogêneas como o PDS, o PT e o PDT.

Diz o art. 12 do regimento da Câmara que, "constituída a maioria por uma legenda ou composição partidária, a legenda de representação imediatamente inferior será considerada a minoria". É o caso do PDS, terceira bancada partidária. Mas PDT e PT, como oposição, também fazem parte, de fato, da minoria parlamentar.

O problema levantado por Amaral Neto provocou risos no plenário, principalmente pela perplexidade causada nas lideranças do PT e do PDT. Ulysses Guimarães preferiu informar que até aquele momento não havia sido formalizada, perante a Mesa, a designação de um líder da maioria.

## Uma central de notícias só para o "lobby santo"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

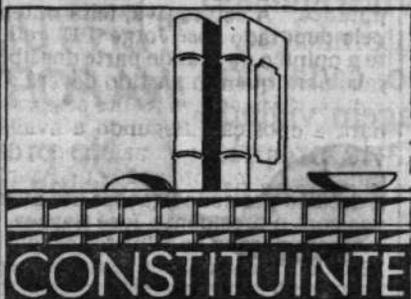
Já está sendo conhecida como "lobby santo" a intensa movimentação da CNBB para acompanhar e divulgar, através de uma cadeia de rádios católicas, a discussão de temas polêmicos que interessam mais diretamente à Igreja, como aborto, educação, família, reforma agrária e minorias, entre outros. Até uma agência de notícias, a Ana — Agência de Notícias Alternativa — já foi criada para transmitir boletins diários que darão destaque aos principais assuntos em discussão. Os primeiros já divulgados denunciam as manobras do Executivo para influir nas decisões do Congresso, chamam atenção para os riscos de a Constituinte ser atropelada pela discussão conjuntural e de acabar detonando uma crise institucional, e da necessidade de se garantir a soberania da Constituinte.

Uma comissão de acompanhamento à Constituinte e um grupo executivo, este último integrado por leigos e um parlamentar — o deputado Plínio de Arruda Sampaio, PT-SP —, estão em plena atividade e se reunirão hoje à noite, em Brasília, para traçar a estratégia política que a Igreja pretende adotar a fim de evitar desgastes em seu trabalho durante a elaboração da nova Carta. A Igreja está preocupada em não passar uma imagem de intransigência no tratamento de algumas questões, como o aborto e direito à vida. Os trabalhos de elaboração de subsídios para a Constituinte, que ficarão a cargo desse grupo, serão coordena-

dos pelo bispo de Bauru dom Cândido Padim.

Negando a intenção de montar qualquer tipo de lobby para atuar junto ao constituinte, a CNBB afirma que seu objetivo é garantir "ampla participação popular no processo constituinte", oferecendo aos católicos informação clara e precisa dos fatos que se sucedem no plenário. Mas a entidade não esconde que quer também "atingir e contatar os constituintes sintonizados com o pensamento da Igreja". Já foi montado um esquema de entrevistas com os parlamentares para a Rádio Medianeira de Santa Maria, RS, diocese dirigida pelo presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter. Alguns parlamentares já foram entrevistados: os deputados João Paulo Pires de Vasconcelos (PT-MG), Octávio Elísio Alves de Brito (PMDB-MG) e Luiz Carlos Sigmaringa (PMDB-DF). Além disso, a CNBB está programando um café da manhã semanal com os constituintes que queiram discutir as teses propostas pela Igreja, na sede da entidade, em Brasília.

No boletim divulgado ontem para as rádios católicas, a CNBB afirma que os trabalhos do Congresso Nacional, até o momento, mostram "uma crise política de soberania entre o poder constituído e o poder constituinte em relação à instalação e funcionamento da Assembléia". A CNBB defende que o importante é garantir uma efetiva soberania da Assembléia Nacional Constituinte, de forma a estabelecer correspondência com as aspirações populares,



ANC 88

Pasta 09 a 14

fev/87

070